

O SENTIDO DO BRASIL INTEGRADO NOS OBJECTIVOS DA COMPANHIA DE JESUS NO SÉCULO XVI

ALBERTO MANUEL VARA BRANCO*

1. A Companhia de Jesus e os seus objectivos no século XVI

Nos alvares dos tempos modernos, o XIX concílio ecuménico, o concílio de Trento, enfrenta os problemas fulcrais dessa época perturbada pela profunda crise de ruptura da fé.

A Companhia de Jesus, aprovada pelo papa Paulo III em 1540, surgida no âmbito da Reforma Católica no século XVI, sob os auspícios do concílio de Trento, vai proporcionar um ambiente propício à expansão do Catolicismo, após este ter sido afectado pela Reforma Protestante. Os inicianos contribuíram para a formação de uma fortaleza contra o avanço da heresia protestante. De facto, os objectivos dos jesuítas eram:

- Levar a religião Católica para as regiões recentemente descobertas, no século XVI, com incidência para o continente americano;
- Catequizar os índios americanos, com a utilização das línguas portuguesa e espanhola, e com a introdução dos costumes europeus e a religião católica;
- Difundir o Catolicismo na Índia, na China e em África, evitando, desta forma, o avanço do protestantismo nestas regiões; e
- Desenvolver a criação de escolas católicas em diversas regiões do mundo.

D. João III de Portugal, para assegurar às suas conquistas a necessária cobertura espiritual, recorreu aos fundadores da Companhia de Jesus a indispensável ajuda. Nesta contextualização, a tentativa europeia de evangelização e aculturação em terras americanas, nomeadamente no Brasil, ficou a dever-se aos missionários portugueses e em especial aos jesuítas, que foram os grandes construtores do Brasil. Sem a sua acção, o presente Brasil com base numa mescla de raças e culturas não existiria. Apesar de não terem sido os primeiros religiosos a instalarem-se na Colónia, os jesuítas exerceram enorme influência na vida colonial. Receberam total apoio da Coroa portuguesa, não só para converter os *gentios* à fé católica, como também para protegê-los do cativo. A população nativa vivia num nível baixo civilizacional, mas por isso não devia ser ainda mais rebaixada, reduzida à animalidade e à escravidão, mas elevada à condição de seres humanos e conduzida, pela mão do Cristianismo, à dignificação do ser humano, através do cruzamento de raças e pela educação cívica e cultural de povos e raças intervenientes.

1.1 A posição do governo-geral e a acção da Companhia de Jesus no Brasil

Na política de centralização de poder defendida por Dom João III de Portugal, mesmo em terras de Além-Mar, Tomé de Souza vai para o Brasil como governador-geral (Regimento de 17 de Dezembro de 1548) que, além do necessário funcionalismo, traz consigo seiscentos soldados e quatrocentos degredados. Desembarca-se o material para construir uma cidade e, de imediato, põe mãos à obra. Em quatro meses é edificada uma muralha de fortificação para proteger o local, levantam-se casas e igrejas onde anteriormente existiam apenas cabanas de barro. Tomé de Sousa instala no, por enquanto, ainda provisório Palácio do Governo, uma administração para a colónia e outra para a cidade, e, como mais evidente sinal de uma justiça no território, constrói-se um cárcere, primeira advertência de, no futuro, haver ordem rigorosa. Com a fundação de uma capital (cidade de São Salvador) e a constituição de um governo geral, o Brasil adquiriu uma nova dimensão político-jurídica, com incidência para o futuro daquele território, ou seja a futura unificação do Brasil.

Tomé de Souza, para além dos mil homens, traz consigo seis homens de batinas pretas que o rei enviou para direcção e conselho espirituais. Esses homens trazem o que de mais precioso um povo e uma

* Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu aposentado.

terra necessitam para sua existência: a ideia criadora da unidade do Brasil. Esses seis jesuítas possuem uma energia diferente, pois a sua ordem religiosa é nova e está cheia de santo fervor. Nos jesuítas, a intensidade espiritual e a pureza de costumes, nos primeiros anos, e antes do verdadeiro êxito, encontram-se ao mais alto nível. Em 1550, os jesuítas ainda não constituem um poder espiritual, secular, político e económico, como nos séculos seguintes. Sem posses, tanto os missionários como indivíduos em si, como a ordem, personificam uma determinada vontade, portanto um elemento ainda de todo espiritual, não imbuído no que é secular. Como os jesuítas nada exigem, el-Rei D. João III aprova-lhes a intenção de conquistar essa nova terra para a religião e permite que os seis soldados de Cristo acompanhem a expedição. Na realidade, eles não se vão limitar a acompanhar a expedição, eles irão principalmente dirigir, sob uma orientação espiritual fora do comum. Todos aqueles que antes deles chegaram ao território do Brasil, fizeram-no em cumprimento de ordem ou vítimas da violência, ou refugiados, e quem até então desembarcava na costa do Brasil queria tirar algo desta terra, mas nenhum deles pensava em alguma retribuição à terra. Os jesuítas são os primeiros a nada querer para si e tudo querer para esta terra. Trazem consigo plantas e animais para cultivar o solo; trazem medicamentos para curar os enfermos, livros e instrumentos a fim de ensinar os incultos; trazem a sua crença e a disciplina de costumes estabelecida pelo seu mestre; trazem, ainda, uma ideia nova, o maior projecto de colonização existente na História. Os jesuítas pensam no processo de edificação por meios morais, pensam nas gerações vindouras e, desde o primeiro instante, estabelecem na nova terra a equiparação moral para todos entre si. O zelo manifestado por Manuel da Nóbrega e o espírito devoto de Tomé de Sousa tiveram mão nos escândalos contra a moralidade pública e contra os cativeiros injustos.

Os jesuítas sabem que uma missão de tal importância não poderá realizar-se de imediato. São realistas, e, graças à sua acção, sabem fortalecer a sua energia com o poder divino, para vencerem no mundo a imensa resistência das fraquezas humanas. Os jesuítas distinguem-se dos funcionários da Coroa e dos homens de armas que querem para si e para a pátria lucros imediatos e visíveis. Os jesuítas sabem da necessidade da existência de várias gerações para completar o processo de aculturação no Brasil e cada um deles que arrisca a vida, a saúde e as forças nesse começo, jamais verá os resultados de seus esforços. É um trabalho penoso, de semeadura, um empreendimento árduo. O Brasil é o território ideal para seu apostolado. Só pelo facto de ninguém no Brasil haver actuado antes deles, e ninguém actuar a seu lado, podem, por isso, aqui realizar em toda a extensão uma experiência de importância histórica e espiritual, uma missão de alto valor moral.

2. As qualidades e o posicionamento do Padre Manuel da Nóbrega

A presença de um homem, verdadeiro chefe, Padre Manuel da Nóbrega, a quem a incumbência, recebida de seu provincial, em seguir para o Brasil nem dá tempo de se deslocar a Roma para receber instruções pessoais do superior geral da Companhia, Inácio de Loyola. Tem trinta e dois anos e estudou nas Universidades de Salamanca e Coimbra, antes de haver ingressado na Companhia. Mas não é o seu saber teológico que lhe confere grandeza histórica, mas a sua energia e a sua força moral. É um lutador, é um soldado de Cristo, na concepção de Loyola.

Pouco depois de sua chegada à Bahia, Nóbrega criou a sua primeira escola e, com os padres que posteriormente chegaram, visitou em viagens fatigantes, todo o litoral, desde Pernambuco até Santos, e fundou a casa em São Vicente. Mas ainda não encontrou o lugar conveniente para o colégio principal, para o centro espiritual e religioso que, pouco a pouco, deverá actuar sobre todo o território. Essa procura cuidadosa, bem deliberada, evidenciou um antagonismo oculto que, com o tempo, se vai tornar patente e violento. A Companhia de Jesus não quer começar a sua obra sob as vistas e controlo do Estado e nem mesmo das autoridades eclesiásticas. Desde o começo, têm os jesuítas em relação ao Brasil um problema e um objectivo mais elevado do que serem aqui apenas um elemento colonizador, com função de ensino e de auxílio, subordinado à Coroa e à Cúria Romana. O Brasil para eles é um objecto de experiência decisiva, a primeira prova da capacidade de realização da força organizadora da Companhia de Jesus; e Nóbrega assume-se como líder quando refere que esta terra é nossa empresa, querendo dizer que eram os responsáveis pela sua realização perante Deus e perante a humanidade.

Nas expedições para libertar o Rio de Janeiro, Nóbrega é a força impulsiva do exército e o conselheiro estratégico do governador geral. Na administração, ele revela as capacidades ideais de um organizador genial, e pela clarividência que se sente em suas cartas, ele revela uma energia heróica que faz não temer qualquer sacrifício para si próprio. As viagens de inspecção que, naqueles anos, empreendeu de norte a sul, e vice-versa e através do interior do território, só por si encerram dias e noites cheios de preocupações e de perigos e mostram a sua qualidade de chefia quer a nível político, quer a nível espiritual. Trata-se de um orientador de almas, mas consciente das limitações humanas.

Durante os anos que viveu no Brasil, o Padre Manuel da Nóbrega assume-se como dirigente ao lado do governador-geral, professor dos mestres, fundador de cidades e pacificador, e não há acontecimento importante na História do Brasil daquela época a que não esteja ligado o seu nome. A reconquista do Rio de Janeiro, a fundação de São Paulo e Santos, a pacificação das tribos inimigas, a criação de colégios, a organização do ensino e a libertação dos índios são sobretudo obra sua. Por toda a parte Nóbrega foi o iniciador das missões que os seus discípulos e sucessores, de Anchieta a Vieira, tomaram a cargo no Brasil, mas não fizeram mais do que desenvolver as suas ideias e os seus objectivos em relação ao território brasileiro.

Os jesuítas tomam conhecimento da situação real do território, logo após a sua chegada. Antes de ensinar, querem aprender, e, imediatamente, um deles trata de aprender o idioma dos índios. Estes ainda se acham no mais baixo grau da época nómada. Andam nus, não conhecem o trabalho, não possuem ornamentos, nem os mais primitivos utensílios. Quando precisam de comer, tiram das árvores ou dos rios o que necessitam e logo que consomem tudo o que encontram numa região, mudam-se para outra. De acordo com os registos dos jesuítas, os índios constituem uma raça de boa índole e mansa. Os índios guerreiam-se entre si, apenas para fazerem prisioneiros, que devoram no meio de grandes solenidades e/ou cerimónias. Quando os sacerdotes tentam dissuadi-los do canibalismo, esbarram mais com uma admiração da parte deles do que com uma verdadeira resistência, pois esses selvagens ainda vivem fora de qualquer noção de civilização ou de moral e o devorar prisioneiros para eles não significa senão mais um prazer como tantos outros da vida animalésca.

Como os índios não possuem ideias religiosas ou morais, é muito mais fácil incutir neles o germen espiritual do que em povos em que já existia um culto próprio. A população nativa do Brasil é, no dizer de Nóbrega, uma massa em bruto, dócil, que aceita a nova prescrição e acolhe todo o ensino. Os índios vivem sem qualquer outro pensamento além de comer, beber e matar gentes e são dados a danças e cantares lascivos e diabólicos, constituindo uma vida idólatra. Por toda a parte os índios recebem sem nenhuma desconfiança os brancos, os sacerdotes. Sem hesitação deixam que eles os batizem e de boa vontade e gratos seguem os sacerdotes que os protegem contra os outros.

Desde o primeiro momento, eles quiseram com o Brasil criar algo sem par, algo de modelo, e uma concepção como essa teria de entrar, mais cedo ou mais tarde, em conflito com as ideias mercantis e feudais da corte portuguesa. Certamente não pensavam em se apossar do Brasil com o intuito de dominar e explorar para a sua Companhia e para os fins desta, como afirmam os seus inimigos. Um exemplo destes é o futuro marquês de Pombal, tenebroso e prepotente, que não descansou enquanto não aniquilou a obra dos inicianos. O marquês, para esconder os fracassos da execução do Tratado da Colónia do Sacramento, culpou os jesuítas, desencadeando contra eles uma pérfida propaganda.

3. A estratégia dos jesuítas visando o futuro do Brasil

Os jesuítas não desperdiçam o tempo com estatísticas relativas às almas já conquistadas, pois sabem que a sua verdadeira tarefa está centralizada no futuro. Em primeiro lugar, é preciso fazer com que essas massas nómadas se fixem em locais, para que se possa tomar conta de seus filhos e dar-lhes a devida instrução. A actual geração de canibalismo, já não é possível civilizar. Mas será fácil educar, de acordo com o espírito civilizacional, as crianças, portanto as gerações vindouras. Por isso, para os jesuítas, o mais importante é criar escolas com aquela ideia de formação de mescla sistemática que fez do Brasil uma unidade. No território, os mestiços, já são numerosos. Os jesuítas solicitam ao reino que enviem crianças brancas de Lisboa, ainda que sejam apenas as crianças abandonadas, desamparadas e

apanhadas nas ruas de Lisboa. Qualquer elemento novo que favoreça a junção, é bem recebido por eles, mesmo o constituído pelos moços perdidos, ladrões e maus. Os inacianos têm interesse na criação de mestres do povo com o próprio sangue do índio, pois os aborígenes, no que toca ao ensino religioso, confiam mais nos irmãos da mesma cor ou mulatos, do que nos estrangeiros, nos brancos. Ao contrário dos outros, os jesuítas pensam nas gerações vindouras e são realistas e clarividentes. São os únicos que têm uma visão verdadeira do Brasil no futuro. O que eles fazem é um plano de campanha colonizadora para o futuro, e o objetivo desse plano, que permanece fixo através dos séculos, é a constituição desta nova terra no sentido de criar uma única religião, um único idioma, uma única ideia civilizacional. Alcançar esse objectivo é um motivo de eterna gratidão do Brasil a esses missionários com a ideia de fazer dele uma nação.

4. O surto civilizacional no Brasil: os esforços dos padres jesuítas e os entraves encontrados no processo de evangelização

A verdadeira resistência com que, em seu grandioso plano de colonização, esbarram os jesuítas, não provém, como a princípio poderia esperar-se, dos índios selvagens e canibais, mas dos europeus, dos cristãos, dos colonos. Até então, para aqueles soldados evadidos, marinheiros desertados, para os degredados, o Brasil era um paraíso exótico, uma terra sem lei, sem restrições e deveres, uma terra em que podia cada um fazer e deixar de fazer o que bem lhe aprouvesse. Sem serem importunados pela justiça ou pela autoridade, podiam dar livre curso aos instintos desregrados. O que na pátria era punido com grilhões e ferrete, no Brasil era considerado prazer permitido, de acordo com a doutrina dos conquistadores. Eles se apossavam de terras, onde quisessem e na quantidade que quisessem; capturavam aborígenes encontrados e, a chicote, obrigavam-nos a trabalhar. Apossavam-se de toda mulher que encontravam, e o elevado número de mestiços é revelador da difusão dessa poligamia desenfreada. Não havia ninguém para lhes impor autoridade, e, por isso, cada um desses indivíduos que, na sua maioria, era proveniente de casas de correcção, vivia como um senhor, sem se importar com o direito e a religião e, ainda, sem interesse pelo trabalho. De povos e agentes civilizadores esses homens nada possuíam.

Impor disciplina àquela massa brutal, habituada ao ócio e à violência, é tarefa árdua. O que mais horroriza os piedosos sacerdotes é a desenfreada poligamia e a devassidão. Como constituírem família, base única da sociedade, se aqui não havia mulheres brancas. Por isso, Nóbrega insiste junto a el-Rei para que de Portugal envie mulheres. Nóbrega chega a pedir ao rei que envie também as jovens decaídas, as meretrizes das ruas de Lisboa, pois no Brasil todas encontrariam esposo. Após algum tempo as autoridades religiosas e seculares conseguem estabelecer certa ordem nos costumes. Mas na colónia inteira eles esbarram com uma resistência: a escravidão que é o ponto nevrálgico do problema brasileiro. A terra precisa de braços e não os há no território em quantidade suficiente. Os poucos colonos não bastam para plantar cana e para trabalhar nos engenhos. A cana sacarina tornar-se-ia a principal produção agrícola da economia brasileira. O movimento foi iniciado por Martim Afonso de Sousa em São Vicente, mas depressa se alastraria a todo o território. Esses aventureiros e conquistadores não vieram para esta terra tropical, para trabalhar de enxada e pá. No Brasil, querem ser senhores e, por isso, resolvem a dificuldade, apanham os aborígenes como os caçadores apanhando lebres e, a chicote, fazem-nos trabalhar. A terra pertence-lhes, de acordo com a argumentação desses aventureiros, com tudo que existe nela. Contra essa ideia intervêm, energicamente, os jesuítas, pois a escravidão com o despovoamento da terra vai diretamente contra seu plano grandioso e bem traçado. No futuro, não podem tolerar que os colonos reduzam os índios a animais de trabalho, porque eles, discípulos de Loyola, impuseram a si, precisamente como a mais importante tarefa, conquistar esses selvagens para a fé, para a terra e para o futuro. Todo o índio livre é um ser necessário para o povoamento e para a civilização. Ao passo que é do interesse dos colonos atizar as diferentes tribos a constantes combates entre si, a fim de elas se exterminarem e, após toda a luta, possam ser comprados os prisioneiros como mercadoria barata. Os jesuítas procuram conciliar as tribos entre si e isolá-las umas das outras, no vasto território, por meio do estabelecimento de povoados. O índio, como futuro brasileiro e cristão conquistado, constitui para eles a substância mais preciosa desta terra, mais importante do que a cana, o pau-brasil e o tabaco. Como povo

querido por Deus, os jesuítas querem colocar esses entes humanos ainda incultos no seio da igreja. Os jesuítas exigem, assim, ao rei a liberdade dos índios, pois segundo o plano dos missionários, não deverá haver no Brasil futuro uma nação de senhores, de brancos, e uma nação de escravos, de escuros, mas apenas um povo único e livre, numa terra livre. A missão dos inicianos foi por isso ímpar na história das colonizações.

5. A questão da escravatura no Brasil e o papel da Companhia de Jesus

Mesmo uma carta ou uma ordem régias a três mil milhas de distância perdem muito da sua força imperiosa, e um número reduzido de sacerdotes, dos quais a metade se encontra sempre a percorrer o território em viagens de missões, é muito fraco contra a cobiça interesseira da colónia. Para salvarem uma parte dos índios, os jesuítas têm que transigir na questão dos escravos. Têm que concordar em que sejam escravos dos colonos os índios feitos prisioneiros em lutas consideradas justificadas, isto é, em lutas de defesa contra os índios. Além disso, a fim de não serem tidos como culpados de impossibilitarem o progresso da colónia, vêm-se na contingência de aprovar a importação de negros da África. Mesmo esses homens de espírito elevado e humanitário não podem subtrair-se à opinião da época, para a qual o escravo negro é uma mercadoria como o algodão ou a madeira. Nessa época, em Lisboa, uma capital europeia, já existiam dez mil escravos negros. Nessas condições, por que não permitir que a colónia também os possua? Até os próprios jesuítas se vêm na necessidade de adquirir negros para si. Nóbrega declara que adquiriu três escravos e algumas vacas para o primeiro colégio. Mas os jesuítas mantêm-se firmes e inflexíveis no princípio de que os aborígenes não podem ser caça livre para qualquer aventureiro que aqui chegue, por isso defendem cada um dos seus índios e lutam com inflexibilidade pelo direito dos brasileiros naturais do território. Nada tornou tão difícil a situação dos jesuítas no Brasil quanto essa luta pelo ideal brasileiro do povoamento e da nacionalização do território por meio de homens livres. Os jesuítas reconhecem, quando escrevem, que teriam vivido muito mais tranquilos, se só tivessem ficado nos colégios e se houvessem limitado a unicamente prestar serviço religioso. Mas o ideal de luta por uma ideia era o mais poderoso pressuposto da Companhia de Jesus. No seu plano de conquista do futuro império, Nóbrega reconhece o ponto exacto em que deveria ser lançada a ponte para o porvir, revelando por isso a sua grande estratégia. Era uma personalidade de grande visão.

Em relação ao Brasil, mais do que apenas pregadores do Evangelho, eles queriam implantar e realizar aqui mais, e alguma coisa diferente do que realizavam as outras ordens. Essa posição sentiu desde logo o Governo, que, agradecido, se servia deles, mas os vigiava com uma leve suspeita. Essa posição sentiu a Cúria Romana, que não estava disposta a dividir a sua autoridade espiritual com ninguém. Essa posição sentiram os colonos que, em sua colonização meramente económica e mesquinha, se consideravam estorvados pelos jesuítas. Estes não queriam nada de visível, mas a realização dum princípio espiritual, idealista e, desta forma, não compreensível para a mentalidade e para as tendências da época. Por isso, tiveram os jesuítas desde o começo, constante oposição contra si. Nóbrega, a fim de evitar, por maior tempo possível, esse conflito de competições, quis estabelecer a sua Roma, a sua capital espiritual, longe da sede do Governo e do Bispado; só onde ele pudesse actuar sem ser impedido e vigiado, poderia dar-se aquele processo lento e laborioso de cristianização que ele não perdia de vista. Essa transferência do centro de acção do litoral para o interior importa, tanto no ponto de vista geográfico, como no do objectivo de catequização. Só uma encruzilhada do interior, protegida pelas montanhas contra agressões de piratas vindos do mar, e apesar disso, próxima do oceano, mas também próxima das diversas tribos que tinham que ser conquistadas para a civilização e cuja vida nómada tinha de ser transformada em vida sedentária, poderia constituir o fulcro da questão de doutrinação.

A escolha de Nóbrega recaí em Piratininga, a actual cidade de São Paulo, e a evolução histórica posterior revelou a genialidade de sua decisão. O clima desse planalto é temperado, o solo é fértil, existe perto dali um porto, e os rios garantem a comunicação com grandes cursos d'água, com o Paraná e o Paraguai, e por meio destes com o Rio da Prata. De Piratininga podem os missionários avançar em todas as direcções para as diversas tribos e fazer irradiar a sua obra de catequese. Além disso, por volta de 1554, na proximidade da pequena povoação, a qual sabe logo conquistar por meio de pequenos presentes e bom

trato a amizade das tribos vizinhas, não havia nenhuma colónia de degredados que tivessem influência nos costumes. Sem muita dificuldade os índios deixam que os sacerdotes os reunam para formar pequenas aldeias. A Companhia ainda não possui, como mais tarde, ricos bens de raiz, e os parcos meios a princípio apenas permitem a Nóbrega desenvolver o colégio em pequenas proporções. Em breve se forma no colégio uma série de sacerdotes, brancos e de cor, que, uma vez aprendido o idioma dos selvagens, vão com missões de tribo a tribo, a fim de as tirar da vida nómada e de as conquistar para a fé.

Mas a referida fundação por parte de Nóbrega constitui também um grande progresso do ponto de vista nacional. Pela primeira vez se estabelece certo equilíbrio para o futuro Estado. Até então o Brasil era apenas uma faixa de litoral com suas três ou quatro cidades marítimas no norte, as quais comerciavam exclusivamente produtos tropicais. A partir de então começa também no sul e no interior a desenvolver-se a colonização. Em breve essas energias que lentamente foram reunidas, de modo fecundo, avançarão para o interior e, por curiosidade e aventura, irão ser exploradas terras e rios, em toda extensão. Com a primeira povoação disciplinada do interior a ideia preconcebida já se transformou em acção. Na verdade, na localidade, o colégio de São Paulo era uma construção rústica que servia também de moradia aos padres. Situado no alto de uma colina, onde hoje se localiza o Pátio do Colégio, no centro da cidade de São Paulo, ocupava posição estratégica, o que favorecia a defesa contra os ataques indígenas. Tão bem situado estava que, em 1560, o governador-geral Mem de Sá ordenou a transferência dos habitantes de Santo André da Borda do Campo para a povoação do colégio. Em 1561, a localidade de São Paulo foi elevada a vila.

Depois de instalados, os jesuítas começaram imediatamente a catequese. Segundo o padre José de Anchieta, cerca de 130 índios de todo sexo foram chamados para o catecismo e 36 para o baptismo, os quais foram instruídos na doutrina, repetindo orações em português e na própria língua. As crianças (curumins) aprendiam a ler, escrever, e os bons costumes pertencentes à política cristã. Os curumins aprendiam depressa e recebiam atenção especial dos padres, que acreditavam poder, através deles, alcançar as almas adultas. Levar os índios aos bons costumes constituiria uma obra de muitos obreiros, pois o nativo do território não acreditava em coisa alguma.

O projecto jesuítico consistia na formação de aldeamentos que forneceriam mão-de-obra livre e assalariada aos colonos. Inicialmente, os aldeamentos foram aprovados pela Coroa e pelos colonos. No entanto, a presença cada vez maior de colonos no planalto fez com que os seus interesses entrassem em choque com os dos jesuítas. Queixas tornaram-se frequentes. Os colonos alegavam que o número de índios fornecidos pelos aldeamentos era insuficiente, que muitos se recusavam a trabalhar para eles, e, por fim, não desejavam ter os jesuítas como intermediários, preferindo relacionar-se directamente com os indígenas. Passaram, então, a escravizar os *nativos* que capturavam, provocando protestos dos jesuítas. Inúmeras vezes os paulistas rebelaram-se contra a intromissão da Coroa na captura dos índios, e os jesuítas chegaram a ser expulsos da vila, só retornando a São Paulo em 1653. Sem condições para adquirir o escravo africano, muito caro, precisavam utilizar o trabalho forçado do índio em sua economia de subsistência.

Em 1570, uma *Carta Régia* tentou regulamentar os cativeiros feitos nas chamadas guerras justas, que deveriam ser autorizadas pelo rei ou pelo governador. Na prática, essa lei significou a libertação do tráfico dos índios, pois tornava-se muito difícil distinguir uma guerra justa de uma outra não justa. O objectivo dos Jesuítas no Brasil era a catequese de adultos e, através da educação, a catequese das crianças e jovens.

Em menos de cinquenta anos depois da chegada ao Brasil já haviam se espalhado pelo litoral, de norte a sul, desde os actuais estados de Santa Catarina até ao Ceará, com muitas incursões também pelos sertões. Estiveram no Brasil por 210 anos, até que foram banidos dos territórios portugueses em 1759. Ao longo deste período expandiram os seus estabelecimentos e seus trabalhos desde o Amazonas até aos limites extremos do sul do Brasil.

As suas actividades organizavam-se através de três tipos básicos de estabelecimentos:

- Para a educação, as casas, residências, colégios e seminários;
- Para a catequese, as aldeias missionárias;
- Para tratamento e retiro, as casas de recuperação ou quintas de repouso e os hospitais; e
- Para a preparação religiosa, os noviciados, de onde saíram as levadas de soldados missionários para seus exércitos, sem armas.

6. O património da Companhia de Jesus e o seu pendor cultural e organizativo

Os estabelecimentos inicianos recebiam subvenções e concessões da Coroa e ainda esmolas do povo. Em pouco tempo criaram uma sólida base económica para seu sustento, com fazendas, engenhos e currais. Para atender às suas necessidades, os Jesuítas tinham sempre em seus quadros uma grande quantidade de profissionais, mestres-de-obras, arquitectos, engenheiros, pedreiros, entalhadores, oleiros, ferreiros, ourives, marceneiros, e outros. E dispunham ainda de grandes escritores, músicos, pintores e escultores. Os inicianos ministravam sempre aulas de catequese, de ler, de escrever e de gramática, em locais nos quais chamavam de casas, pois colégios eram os estabelecimentos que tinham vida económica própria e dos quais dependiam outros, situados nas proximidades. Apenas três colégios no Brasil foram criados no primeiro século de colonização: na Baía, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Nos colégios, além das dependências internas de uso privativo – celas, cozinha, copa, refeitório, oficinas – havia horta e pomar, e, ainda, farmácia, biblioteca e enfermaria, que atendiam também o público externo. O Colégio da Baía dispunha de uma notável biblioteca que, mesmo tendo sido desfalcada pelos holandeses, no final do século XVII, contava com cerca de 3000 livros. Mas os Jesuítas não ficavam apenas nas cidades ou vilas principais, pois embrenhavam-se pelos sertões, desbravando os matos em busca dos índios. Estes eram então reunidos em aldeias de três tipos: as dos Colégios, as de El-Rei e as de Repartição, as quais forneciam índios para a própria Companhia, para o Rei e para particulares. Havia também as Missões, ou grandes aldeamentos, situadas em terras mais distantes, nos sertões. Do ponto de vista arquitectónico, as principais cidades coloniais brasileiras foram estabelecidas sob o signo de três poderes: o poder civil, o poder militar e o poder religioso. O primeiro tinha suas representações nos Palácios de Governo, Casas de Câmara e Cadeias; o militar, nas fortificações; o religioso, com suas igrejas, conventos, mosteiros e colégios. Este último ocupou o lugar de maior destaque, e suas obras, entre todas, são as mais significativas nos núcleos primitivos das cidades. No contexto urbano da Cidade de Salvador, porém o conjunto arquitectónico dos estabelecimentos da Companhia de Jesus – Igreja, Colégio e Convento – impõe-se e ultrapassa as dimensões das demais construções religiosas, quer dos Franciscanos, dos Carmelitas ou dos Beneditinos. Pela sua grandeza, a antiga Igreja dos Jesuítas é a actual Catedral Basílica da Cidade do Salvador. O antigo colégio e a maior parte das dependências restantes das antigas construções inicianas abrigam museus e estão sob a guarda da Universidade Federal da Baía. Por meio dessas imponentes expressões arquitectónicas, e também através das casas, das aldeias e das missões jesuíticas, era irradiada toda a vida cultural da colónia.

7. Considerações finais sobre a acção evangelizadora da Companhia de Jesus

Esta acção assumiu uma grande envergadura e nem mesmo a supressão da Companhia de Jesus em terras brasileiras de 1760 a 1843 vai apagar a actividade dos jesuítas no Brasil. Só a partir da reabilitação da ordem pelo Papa Pio VII é que podemos ver o reinício das actividades dos inicianos no Brasil, sob a capa de uma nova vitalidade.

Neste trabalho, procurámos avaliar o papel e a missão do primeiro provincial dos jesuítas no Brasil. O Padre Manuel da Nóbrega, pelos seus dotes morais e espirituais, contribuiu fortemente para a implantação do Brasil uno. Defensor acérrimo dos índios, soube dosear a sua atitude entre a prepotência dos colonos mesquinhos naquelas terras e a incapacidade governamental. A sua acção sempre se dirigiu em primeiro lugar a favor dos índios.

A missão genial dos inicianos no Brasil, não perceptível pelos outros agentes civilizacionais, contribuiu para o motivo de desconfiança por parte daqueles em relação à Companhia de Jesus. O Brasil,

constituindo a primeira prova de capacidade evangelizadora, de realização e da força empreendedora da ordem, foi terreno fértil para a obra dos inacianos. O Brasil é obra dos jesuítas, orientados a partir da acção de Manuel da Nóbrega, da sua lucidez, do seu prestígio cultural e dos seus dotes espirituais.

A 2ª metade do século XVI constitui um ponto de viragem na colonização do território e é a partir dessa data que se vai formar a futura pátria brasileira: uma fusão de raças e culturas. No projecto de colonização brasileira, não somente com função de ensino e auxílio, os jesuítas pensaram no processo de edificação por meios morais e pensaram nas gerações vindouras. Os inacianos estabeleceram no território uma equiparação moral para todos entre si e em pé de igualdade.

Foi a ideologia dos inacianos a responsável, de maneira absolutamente marcante, pela formação e produção intelectual do Brasil nos primeiros séculos, na literatura, na poesia, na escultura, na arquitectura, no teatro e na música. Os Colégios da Companhia transmitiam uma cultura humanística de carácter acentuadamente retórico que, se de um lado, atendia aos interesses da Igreja, atendia, também, às exigências do poderio da burguesia da cana-de-açúcar existente no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, Francisco et al. – *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1996.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife, Ed. António G. de Mello, 1962.
- BUENO, Eduardo (org) – *História do Brasil*. São Paulo, Publifolha, 1997.
- COUTO, Jorge – *A construção do Brasil*. Lisboa, Cosmos, 1995.
- LACOUTURE, Jean – *Os jesuítas*. I Vol. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.
- LEITE, Serafim – *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de, **Quadros**, Jânio da Silva – *História do Povo Brasileiro*. São Paulo, J. Quadros Editores Culturais, 1968.
- NÓBREGA, Manoel da – *Cartas do Brasil (1549-1560)*. São Paulo, Ed. São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de – *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Leitura, 1944.
- PITA, Sebastião da rocha – *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte, Livraria Itatiaia Editora, 1976.
- RIBEIRO, Darcy – *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995/96.
- RODRIGUES, José Honório – *Teoria da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1978.
- RUBERT, Arlindo – *A Igreja no Brasil*. Santa Maria, Livraria Editora Pallotti, 1988.
- SOUZA, Gabriel Soares de – *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Ed. Francisco Adolpho de Varnhagen, 1938.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo – *História Geral do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1959.